

Cofres do GDF com déficit de Cr\$ 2 bi

Dois bilhões de cruzeiros é o déficit orçamentário do Distrito Federal e até agora o governo do coronel Lamaison está impossibilitado de dizer se houve ou não desmando administrativo na gestão do engenheiro Elmo Serejo. O presidente Figueiredo acaba de receber um estudo efetuado sob o comando da Secretaria de governo apresentando a curiosa situação em que se encontram os cofres do Distrito Federal, principalmente no que toca à Fundação Hospitalar e à Fundação Educacional, documento este que expressa ainda o pasmo do atual gabinete governamental e que seguramente originará os salvadores créditos suplementares da União.

Segundo Alceu Sanches, secretário de Agricultura, aquele órgão está devendo mais do que o que possui para pagar, tem um ativo circulante negativo de Cr\$ 31 milhões e já absorveu 65 por cento do seu capital. A Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB) está com um passivo a descoberto, demonstrado no seu balanço recentemente publicado na imprensa, da ordem de Cr\$ 52 milhões. E a Novacap está apresentando um déficit mensal da ordem de Cr\$ 37 milhões.

Além disso, a Fundação Hospitalar apresenta uma deficiência em seus cofres da ordem de Cr\$ 668 milhões 642 mil 052, e se encontra com vários fornecedores à espera de pagamento de material concedido. O secretário de Viação e Obras, José Carlos de Melo, não encontrou no orçamento da Secretaria nenhuma previsão para a construção de estradas vicinais e nem para o combate à erosão do Gama, evidenciada desde 1975 como obra inadiável. E o secretário de Finanças, numa tentativa de elevar a receita do Distrito Federal, promete aperfeiçoar o aparelho fiscal e aumentar o lançamento do ICM e do ISS, não podendo fazer o mesmo com o IPTU, já com 70 mil carneiros no Correio.

PESSOAL

Para o secretário Fernando Tupinambá Valente, dentro do Distrito Federal restam poucas fontes de recursos capazes de suprir esse déficit deixado pelo governo passado. Em sua área de atuação, ele diz que a única medida a ser tomada será o remanejamento da máquina fiscal para que se reduza em até 90 por cento a margem de sonegação e de evasão de impostos. E atribui a dimensão do déficit às despesas com pessoal: «embora tenhamos uma despesa de pessoal da ordem de Cr\$ 4 bilhões e 100 milhões, ela deverá ficar em torno de Cr\$ 6 bilhões e 100 mil este ano, e isto não foi previsto no ano passado».

São as seguintes as previsões orçamentárias para 1979: Cr\$ 495 milhões de imposto sobre o patrimônio; Cr\$ 2 bilhões e 180 milhões de imposto sobre circulação de mercadoria; e Cr\$ 270 milhões de imposto sobre serviços. «Em função da melhoria do aparelho arrecadador — disse o secretário de Finanças — esperamos incrementar essa receita em pelo menos Cr\$ 800 milhões». Quanto ao IPTU, cujo lançamento é da ordem de Cr\$ 567 milhões 384 mil 755,30, o governo só espera arrecadar Cr\$ 450 milhões, em decorrência das evasões e sonegações.

Acontece que, conforme o secretário de Finanças, o total dessa arrecadação não dará sequer para liquidar a folha de pagamento de um só mês do pessoal da máquina governamental, que chega a Cr\$ 500 milhões. Essa arrecadação é insuficiente até para cobrir os gastos com o Serviço de Limpeza Urbana e com o Corpo de Bombeiros, cujas folhas de pagamento mensal somam Cr\$ 260 milhões e 600 mil. A melhor saída para a atenuação do déficit seria aumentar de 40 para 50 por cento o lançamento do IPTU, mas agora é demasiado tarde.

Segundo ainda Tupinambá Valente, o orçamento deste ano prevê uma receita de Cr\$ 6 bilhões 517 milhões para a administração direta e de Cr\$ 684 milhões para a administração indireta, que acrescidos da receita de capital de Cr\$ 117 milhões totaliza uma receita geral da ordem de Cr\$ 7 bilhões 319 milhões. A despesa prevista para a administração direta chega a Cr\$ 6 bilhões e 367 milhões, que acrescidos de Cr\$ 801 milhões da administração indireta, totaliza Cr\$ 7 bilhões e 309, não computando-se evidentemente o aumento salarial concedido em março.

ESPANTO

Segundo o secretário do governo, coronel Renan Danta Duarte, o déficit resulta fundamentalmente dos gastos com pessoal. No entanto, está descartada a possibilidade de que venham a ocorrer demissões no GDF. Esta Secretaria é que elabora a lei orçamentária e é a que tem prioritária participação no orçamento e no planejamento governamental.



O secretário de Saúde, Jofran Frejat, disse que somente o Tribunal de Contas do Distrito Federal poderá constatar possíveis irregularidades na administração de Paulo Rios, ex-presidente da FHDF.



Alceu Sanches

Embora negando que a situação dos cofres do governo seja assustadora, o secretário admite que «realmente não estamos, infelizmente, vivendo uma situação superavitária. Porém não constitui espanto saber que há um déficit no Distrito Federal. Isso existe em todas as Unidades da Federação e, além do mais, o governo do coronel Lamaison está iniciando sua administração com um orçamento votado em 1978 e já empregado em parte no primeiro trimestre deste ano».

— Não constitui um desmando administrativo a excessiva utilização desses recursos no final do governo Elmo Serejo?

— Realmente, o coronel Lamaison encontrou nosso orçamento já bastante empenhado noutros programas governamentais, que, naturalmente, não eram prioritários para nós. Mas é preciso ver que os problemas são dinâmicos, portanto, não se pode culpar o governador Elmo Serejo por ter utilizado mal os recursos do Distrito Federal. O que é essencial hoje não é amanhã. As prioridades do governo anterior, como todo mundo vê, eram as obras de construção civil. No entanto, a ação governamental do governo Lamaison é radicalmente outra e está centralizada na habilitação, nos transportes coletivos e no saneamento básico das cidades satélites.

Segundo Renan Duarte «muita coisa de cimento já foi feita, esquecendo-se o lado humano da cidade. A meta agora é melhorar a qualidade de vida da população, bastante esquecida nos últimos anos». A serem incluídas no orçamento deste ano ele lembra as despesas que advirão com a construção de 15 mil casas num setor criado entre Taguatinga e Ceilândia. As casas, cujo problema maior agora é saber se são realmente 15 mil, estão prontas, mas necessitando de toda e qualquer infra-estrutura básica. Além de terem sido construídas em local desaconselhado pelo Plano Estrutural de Organização Territorial (PEOT), as casas não foram lembradas na elaboração do orçamento de 1979. E agora, os recursos para a criação de condições de habitabilidade para as 80 mil pessoas que ali morarão terão de ser criados, após a descoberta de uma eventual fonte.

Um total de Cr\$ 300 milhões, que o governo ainda não sabe de onde tirar, terá que ser aplicado na execução das obras de infra-estrutura da nova cidade-satélite, como transportes coletivos, urbanização e mão-de-obra para as escolas e postos médicos. Segundo o secretário de governo, as 125 salas de aula da localidade demandarão um quadro que totaliza pelo menos 600 professores, problema de difícil solução, em virtude da intranquilidade que tomou agora a categoria, totalmente descontente com os baixos índices salariais.

A impossibilidade da criação de recursos para o aumento salarial do magistério, segundo o secretário de governo, é apenas um aspecto do déficit governamental, «resultante fundamentalmente de despesas com pessoal. Essa despesa com o funcionalismo votada no orçamento do ano passado não faz nenhuma previsão dos possíveis aumentos que seriam concedidos este ano. Portanto o atendimento das despesas de pessoal deverá ser totalmente conseguido através de créditos



Arquivo

A gestão do engenheiro Elmo Serejo deixou um déficit orçamentário de dois bilhões aos cofres do Distrito Federal.

suplementares, pedidos à União e constituidores de nossa única esperança para a solução do impasse».

AGRICULTURA

«A Fundação Zoobotânica é um órgão emperrado», disse o secretário de Agricultura, Alceu Sanches, após analisar a situação orçamentária e administrativa de toda a Secretaria. Assustado com a situação de inoperabilidade de vários setores daquele órgão, o secretário afirma que nem assistência técnica para os principais núcleos rurais de nossa região geoeconômica era dada pela Secretaria. Após sua posse, chacareiros dos Núcleos Alexandre Gusmão, Taquara, Rio Preto e Vargem Bonita — todos núcleos da área de competência da Secretaria de Agricultura — procuraram o órgão a fim de apresentarem queixas quanto à falta de assistência técnica para suas culturas. E a maioria foi unânime em denunciar que o ex-secretário, Pedro Carmo Dantas nunca fora àqueles núcleos agrícolas.

Porém a crise mais assustadora encontrada na Secretaria foi a referente à Proflora. Embora o ex-secretário diga que a entidade apresentou superávit, sabe-se agora que esse lucro decorreu, não das funções executadas pela entidade, mas de aplicação de seus recursos no Open Marketing. Quer dizer, a Proflora, ao final do governo Elmo Serejo, apresentou um lucro não-operacional e, em contrapartida, um dimensional prejuízo operacional, evidenciando que a rentabilidade dos seus recursos foi altamente superior às de suas atividades. Para exemplificar, ainda não foram divulgados números, mas os prejuízos em reflorestamento foram quase

incalculáveis, em virtude de a Proflora ter efetuado devastações a fim de cultivar novas espécies, deixando de utilizar mananciais adequados à proteção da natureza. As plantações de eucalipto em detrimento da cultura de espécies próprias à correção do solo do cerrado foram incontáveis.

Na Ceasa foi encontrada uma crise mais curiosa ainda. Em decorrência de atritos pessoais existentes entre o superintendente Luís Henrique Ferreira Horta e o presidente da Cobal, os dois órgãos entraram em crise administrativa, redundando em consequência uma crítica situação financeira. Um exemplo é a câmara frigorífica da Ceasa, com capacidade para estocar oito mil toneladas de carne, além de 800 toneladas de polivalentes, e que ficou seis meses ociosa, embora com todos os equipamentos ligados para funcionamento.

— Por que a Fundação Zoobotânica é um órgão emperrado?

— Durante toda a administração passada — disse o secretário de Agricultura — enquanto alguns órgãos da Secretaria adquiriram uma dimensão indevida, outros ficaram ociosos e praticamente deixaram de existir. Uma secretaria deve ser um órgão

centralizador de atividades e, no caso da Agricultura, tem que atuar em vários setores, como na SAB, Ceasa, Fundação Zoobotânica e outros. Acontece que no governo passado o único setor a que se deu atenção foi a Fundação Zoobotânica, assim mesmo deixando-o viciado, pois enquanto alguns de seus departamentos praticamente inexistem, outros têm vida própria, constituindo, podemos dizer, mini-fundações.

Exemplo disso são os Departamentos de Mecanização Agrícola e de Revenda, altamente poderosos, enquanto o Núcleo de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Distrito Federal não funcionou durante todo o governo Elmo Serejo.

As principais funções a que se dedicou o ex-secretário de Agricultura, Pedro Carmo Dantas, foram a presidência da Fundação Zoobotânica e a gerência do PAD-DF. Durante todo aquele período a Proflora teve vida própria e nenhuma ingerência da Secretaria em suas atividades. Quanto à SAB, com seu alarmante passivo de Cr\$ 52 milhões a descoberto, não deve surpreender a quem a conhece de longa data. Desde 1970, a Sociedade não remete seus balanços à Coordenação de Contabilidade do governo do Distrito Federal e, apenas em 1968, apresentou superávit (Cr\$ 18 mil 222,54), registrando de 1962 a 1971 déficit de Cr\$ 536 mil 721,81. O que muita gente não entende é por que um supermercado, que visa ao atendimento da camada mais grossa da população e à regulação dos preços do mercado, precisa dar tanto prejuízo, mesmo atendendo tão mal às suas funções.

SAÚDE

Os Cr\$ 668 milhões e 642 mil de déficit da Fundação Hospitalar independem do déficit da Secretaria de Saúde, que já passa dos Cr\$ 19 milhões 350 mil. Segundo secretário Jofran Frejat, na Fundação Hospitalar, os únicos itens que não apresentaram déficit, «porque não poderiam mesmo apresentar», foram: «Sentenças Judiciais» e «Juros da Dívida Contratada». Mas o impasse maior em que se encontra o órgão está na amortização de uma dívida realizada com a Caixa Econômica Federal e para cujo pagamento não foi programado um só centavo no orçamento elaborado pelo governador Elmo Serejo. Só este ano a Fundação deverá pagar Cr\$ 54 milhões desta dívida e ainda não sabe onde encontrará a fonte de recursos.

Porém, além dessa, existem outras dívidas à espera de uma fonte de pagamento, como por exemplo: Dívida de Pessoal — Cr\$ 260 milhões 002 mil 107,24; Obrigações Patronais — Cr\$ 123 milhões; Material de Consumo — Cr\$ 58 milhões 600 mil; Pagamentos a Terceiros — Cr\$ 66 milhões; Apoio Financeiro a Estudantes — Cr\$ 6 milhões 900 mil; Ampliação do Hospital do Gama — Cr\$ 48 milhões; Equipamento e Reequipamento da Rede Hospitalar — Cr\$ 22 milhões; Despesas de Exercícios Anteriores — Cr\$ 5 milhões 883 mil; e Pasep Cr\$ 11 milhões 599 mil.

Paralelo a isso, comenta-se nos bastidores que o ex-presidente da Fundação Hospitalar, Paulo Rios, teria desviado recursos do órgão que presidia para construir uma clínica médica em Salvador, na Bahia. Para o secretário Jofran Frejat, que agora responde também pela presidência da Fundação, «ninguém faria um desvio de recursos tão ostensivamente, dessa forma esse boato não tem razão de ser. Na análise que fiz das dívidas deixadas não encontrei nada que indicasse desvios de verbas. Tenho fundamentada a impressão de que todo esse déficit decorre de um problema de programação do orçamento. Houve cortes no orçamento, além de desvios de verbas para outras

obras, consideradas prioritárias na administração passada».

Com vários fornecedores à espera de pagamento e temerosos de uma demora acentuada em virtude dessa falta de recursos, o secretário Jofran Frejat disse que logo ao tomar posse deu início a uma rigorosa contenção de despesas, apesar de lamentar que os gastos do órgão a cada dia aumentam mais galopantemente. «O governador já sabe — disse o secretário — que nossa garantia em estoque de medicamentos e de material para manutenção dos hospitais termina em setembro. Por ora, não têm faltado material de consumo, mas em setembro já deveremos ter em caixa recursos suficientes para esses investimentos».

Jofran diz também que, como antigo médico da Fundação Hospitalar, já esperava encontrar essa crise no órgão. «Além do mais, a área social sempre foi a mais difícil em todo governo e se os meus servidores estão descontentes com os seus salários e com as suas condições de trabalho, de imediato, eu não posso fazer nada para solucionar esse problema». Ainda sobre irregularidades na administração passada, o secretário diz que só o Tribunal de Contas do Distrito Federal poderá constatarlas, pois é o órgão a quem cabe apreciá-las. «Eu sequer tenho provas de que tenha havido desvio proposital aqui dentro. Não tenho também nenhum meio de responsabilizar alguém por esse déficit».

Uma possível e provável origem desse déficit pode ser vista no decreto do governo Elmo Serejo, tornando a Fundação Hospitalar independente da Secretaria de Saúde, medida já anulada pelo coronel Lamaison, que entregou os dois órgãos à responsabilidade do secretário Jofran. Por incompatibilidades entre o ex-secretário Newton Muylaert e o ex-presidente da Fundação Hospitalar Paulo Rios, as duas administrações foram desvinculadas, dando-se autonomia a cada uma e praticamente criando-se um caos.

OBRAS

Lamentando que o governo anterior não tenha se limitado ao duodécimo orçamentário deste ano, o secretário de Viação e Obras, José Carlos de Melo, informou que as obras inauguradas no final do governo Elmo Serejo estão demandando uma gama de recursos incalculáveis e até agora sem fonte. O Teatro Nacional ficou com uma grande parte de sua estrutura para ser concluída e o Centro de Convenções continua praticamente inoperante, e com uma instalação elétrica de caráter tão precário e provisório que chega a divertir quem dali se aproxima, ao ver os fios montados na área externa.

«Eu não sei — disse o secretário — onde a SVO vai encontrar recursos para a complementação dessas obras de grande porte deixadas incompletas pelo governo anterior. E elevadíssima a verba que necessitamos para a manutenção do Parque Rogério Pithon Farias e ele não tem nenhuma condição de arcar com a própria manutenção».

Segundo o secretário, SVO tem duas opções: ou deixar o Teatro, o Centro de Convenções e o Parque inacabados, como estão, ou pedir recursos suplementares ao governo da União para essas obras. Ele acredita que todo o problema está na fixação de metas governamentais.

INSUSTENTAVEL

Segundo o secretário de governo, Armando Renan, o repasse de recursos da União para cobrir o déficit do Distrito Federal é uma medida em estudo. E que essa alocação de verbas, se concedida, poderá determinar reivindicações semelhantes em todas as unidades da federação, em sua quase totalidade às voltas com déficits deixados pelos governadores da administração passada. «A União — disse o secretário — não se sente obrigada a corrigir desmandos administrativos. Quanto à obtenção de recursos em bancos oficiais, é outro problema porque nenhum banco faz aplicação a fundo perdido. Daí precisarmos ter cuidado com esse déficit porque, inclusive, ele pode chegar a níveis insustentáveis. Um exemplo é que já existe uma necessidade premente de material de ambulatório da Fundação Hospitalar, o que terá de ser resolvido antes que os serviços dali tenham que parar».

Lembrando o grande componente do déficit, que, só na Fundação Educacional chega a Cr\$ 400 milhões, o secretário disse que ele está limitado praticamente às Fundações do Distrito Federal. «Mas além desse problema, que é de tão imensa gravidade, existem ainda as obras a serem concluídas e para as quais já foi empenhada grande parte dos recursos que deveriam ser administrados pelo governador Lamaison».